



Superior Tribunal  
Militar

**SIMULADO ESPECIAL**

**STM**

Analista Judiciário  
Área Judiciária  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Especial STM (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/onDjFZDKXZWWzinC9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

O ranking global de capacidades militares, divulgado anualmente pelo GlobalFirePower (GFP), revelou as nações com as maiores forças armadas do planeta em 2025.

O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis, proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país.

Não obstante, ele deve ser **considerado com cautela** porque não considera alianças como a OTAN ou fatores como estabilidade política de cada nação.

Os Estados Unidos lideram novamente o ranking, consolidando sua posição como a maior potência militar do mundo. Na segunda colocação aparece a Rússia, enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos.

O ranking também destaca a presença de potências emergentes, como Índia, que ocupa o quarto lugar, e Turquia, em nono. Entre as nações ocidentais, o Reino Unido, a França e a Itália aparecem como as principais forças militares europeias.

São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025, de acordo com o índice GFP: Estados Unidos; Rússia; China; Índia; Coreia do Sul; Reino Unido; França; Japão; Turquia; Itália.

O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina, com capacidades militares superiores às de seus vizinhos, mas ainda distante das dez primeiras colocadas no cenário global.

<https://revistaforum.com.br/global/2025/1/9/estas-so-as-10-maiores-potncias-militares-do-mundo-em-2025-segundo-indice-gfp-172244.html>

Sobre as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do texto que a posição de um país no ranking do GlobalFirePower (GFP) depende exclusivamente do tamanho de suas forças militares.
2. Depreende-se que o ranking do GFP decorre de uma análise complexa, que não pondera alianças militares.
3. Conclui-se que os Estados Unidos mantêm sua liderança no ranking devido à sua crescente expansão militar nos últimos anos.
4. De acordo com o texto, o Brasil é a maior potência militar da América Latina, mas ainda está longe das dez maiores do mundo.
5. O texto sugere que o hemisfério sul está defasado em termos de poderio militar, uma vez que as dez maiores potências militares mencionadas no texto pertencem ao hemisfério norte.
6. Do segmento “Os Estados Unidos lideram novamente o ranking” infere-se que os EUA lideraram a lista em todos os ranqueamentos anteriores.
7. No trecho 'São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025', a inversão para 'As 10 maiores potências militares do mundo em 2025 são estas' mantém a correção gramatical e o sentido do texto.
8. O uso de “estas” (6º parágrafo) é um recurso coesivo anafórico.

9. No trecho 'Enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos' (4º parágrafo), a vírgula é obrigatória.
10. No trecho 'O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina', a oração subordinada tem valor explicativo.
11. Sem prejuízo à coerência, o trecho 'O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis' poderia ser corretamente reescrito como 'O índice avalia mais de 60 fatores, como, por exemplo, o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis', sem prejuízo do sentido original.
12. No trecho 'proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país', o termo 'proporcionando' introduz uma circunstância causal.
13. Sem prejuízo aos sentidos do texto, a expressão "não obstante" (3º parágrafo) poderia ser substituída por "conquanto".
14. Manteria a correção gramatical e a coerência do texto a inserção de "o qual é" antes de "divulgado" (1º parágrafo).
15. A flexão da forma verbal "lideram" (4º parágrafo) é facultativa, tendo em vista que o sujeito é "Os Estados Unidos".

## TEXTO II

Pesados passos retumbam na face da terra anunciando a tenebrosa aproximação da Terceira Guerra Mundial. Já se escutam os redobres dos gastados couros de tambores de guerra que arrepiam a Europa. Detrás dos muros dos seus quartéis, se escutam acelerados passos

de coturnos nervosos indo e vindo e os gritos dos suboficiais mandando e desmandando. Estão se alistando para o que se prepararam a vida toda, mas que imaginavam improvável. Os olhos desorbitados de recrutas resignados parecem descrever seu imaginado trágico destino. Não se declama, nem se escreve, mas o murmúlio é ensurdecedor: "Aí vêm os russos! Aí vêm os russos!". A Terceira Guerra Mundial foi representada de forma indelével no futuro imaginado da sociedade europeia, mas sem que ela tivesse clara consciência das suas consequências.

Os militares, sabidos que são do preço existencial de uma guerra, afiam seus sabres num silêncio sepulcral. Diferentemente deles, e estimulados pelo lucro das empresas de armamento, são os políticos, desde as tribunas dos holofotes, quem vociferam aos quatro ventos "Guerra! Guerra!", porque no melhor dos casos ganham sua reeleição antes da guerra que talvez nem aconteça, e no pior dos casos perdem a eleição, mas terão onde raspar para manter sua vida parasitária. Tudo é oportunidade para eles, que não veem diferença entre a guerra real e os combates de videogame; entre o cheiro ácido de urina, fezes, sangue e medo e o ambiente perfumado dos seus escritórios. Os acadêmicos, oh! os acadêmicos... Muitos acadêmicos, pensando exclusivamente nas suas carreiras, se deixam levar pela sua fragilidade moral que os aproxima dos vozeiros oficiais que anunciam a fácil derrota do inimigo, sabendo por dever de ofício que na guerra não existe derrota fácil. Sua covardia intelectual os convence a aceitar a superficialidade manipulada dos acontecimentos para ganhar seus segundos de fama televisiva e, quiçá, um futuro contrato. Para os meios de comunicação o negócio não é a informação, mas a notícia. Entre uma verdade gratuita e uma dúvida rentosa não vacilam: noticia-se a dúvida como certeza inquestionável (haverá tempo para a desculpa se alguém reclamar).

Ante o ineludível futuro de um confronto mundial de consequências impensáveis, só resta preparar corações e mentes para enfrentar com inteireza e desprendimento (para justificar os gastos de uma guerra desnecessária) o drama final não buscado nem provocado, mas inescapável. O cenário está pronto para o último ato da obra começada na Segunda Guerra Mundial: a profecia autorrealizada.

Sobre os elementos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

16. De acordo com o texto, em contraste com os militares, que têm plena consciência do peso existencial e humano da guerra e se preparam em silêncio resignado, surgem os políticos, retratados de maneira crítica como figuras oportunistas e insensíveis.

17. No segundo período do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos do texto o deslocamento da partícula “se” para imediatamente após o verbo: **escutam-se**.

18. Segundo o autor, os políticos mencionados no texto promovem discursos inflamados, incentivando o conflito por interesse próprio, seja pela possibilidade de reeleição ou por ganhos pessoais derivados do caos. Para eles, a guerra não passa de um jogo lucrativo, distante da realidade dura e suja dos campos de batalha, uma realidade da qual sequer participam diretamente, protegidos pelo conforto e segurança de seus escritórios.

19. Os meios de comunicação surgem como outra força problemática dentro desse cenário pré-guerra, retratados como empresas interessadas mais na lucratividade e audiência do que no compromisso com a verdade e com a informação responsável. Eles preferem propagar dúvidas lucrativas como certezas absolutas.

20. No segmento “haverá tempo para a desculpa”, o verbo está flexionado no singular para concordar com “tempo”, seu sujeito.

## **LEI N° 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES**

*Tiago Zanolla*

21. Os Ministros civis do STM são escolhidos pelo Presidente da República, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, e dois dentre juízes federais e membros do Ministério Público Militar.

22. Cada Auditoria da Justiça Militar é composta por um juiz federal da Justiça Militar, um juiz federal substituto da Justiça Militar, um diretor de Secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, conforme previsto pelo Superior Tribunal Militar.

23. Na vigência do estado de guerra, a Justiça Militar atua por meio dos Conselhos Superiores de Justiça Militar.

## **REGIMENTO INTERNO**

*Tiago Zanolla*

### **CONSIDERANDO O REGIMENTO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

24. O Conselho de Administração será composto pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos obrigatoriamente entre os mais antigos, sendo sempre um civil e dois militares.

25. Nos casos de conflito positivo de competência, o relator, ao receber os autos, sempre determinará o sobrestamento do feito, independentemente de sua fundamentação.

26. Caso haja desistência ou abandono do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o Ministério Público Militar deverá assumir sua titularidade obrigatoriamente.

27. A Correição Parcial pode ser utilizada para corrigir arquivamento irregular decidido na primeira instância, em inquérito ou processo, nos casos de erro de procedimento.
28. A inclusão, alteração ou cancelamento de enunciados na Súmula do Superior Tribunal Militar pode ser feita por qualquer órgão do Tribunal.
29. Somente pelo voto de dois terços de seus membros poderá o Tribunal declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
30. Poderá haver sustentação oral no julgamento de Embargos de Declaração, mas não no de Arguição de Suspeição e/ou Impedimento.
31. A eleição do Presidente do STM ocorre por escrutínio secreto e exige a presença de dois terços dos membros do Tribunal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).  
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO  
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006  
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

*Herbert Almeida*

Carlos, servidor público federal, decidiu ter um filho por meio de fertilização *in vitro* e barriga de aluguel. A criança nasceu sem que houvesse uma mãe registral, tornando Carlos pai solo, sem a presença materna na família. Após o nascimento, Carlos solicitou licença-maternidade, e não paternidade, argumentando que, por ser o único responsável pela criança, deveria ter o mesmo período de afastamento que seria concedido a uma mãe. No entanto, a administração pública indeferiu o pedido, concedendo apenas o prazo previsto para o genitor na legislação. Com base nas disposições

da Lei nº 8.112/90 e na jurisprudência aplicável, julgue os itens a seguir:

32. O servidor público pai solo tem direito à licença-maternidade, mesmo sem previsão legal expressa, pois a concessão desse benefício deve respeitar os princípios da isonomia e da proteção integral à criança.
33. A licença maternidade e a licença à adotante, na esfera federal, devem ser concedidas em prazos distintos, considerando que os cuidados da maternidade biológica exigem mais tempo de acompanhamento do que na adoção, especialmente quando a criança adotada possuir mais de um ano de idade.

Com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

34. Uma possível consequência da sindicância será a aplicação das penalidades de advertência ou de suspensão por até noventa dias.
35. A instauração do processo administrativo disciplinar pode ter como base uma denúncia anônima, desde que haja investigação preliminar que comprove indícios de materialidade dos fatos relatados.

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

36. O agente público poderá renunciar da sua competência administrativa, desde que haja interesse público envolvido devidamente justificado.

**37.** A delegação de competência pode ocorrer mesmo entre órgãos que não possuam relação hierárquica, desde que haja justificativa baseada em razões técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais.

**38.** A autoridade superior pode avocar competências de um órgão inferior, independentemente de justificativa expressa.

Nos termos das disposições da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir.

**39.** É requisito de escolaridade exido pela legislação para ingresso no cargo de Técnico Judiciário o curso de ensino superior completo.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020**

*Tiago Zanolla*

**CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO N. 351-2020, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

**40.** O assédio moral no ambiente de trabalho ocorre somente quando há intenção direta de prejudicar a vítima, sendo caracterizado pela prática de condutas abusivas com esse objetivo.

**41.** As ações de acolhimento e acompanhamento serão pautadas pela lógica do cuidado para pessoas expostas a riscos psicossociais da organização de trabalho e, portanto, terão o mesmo de procedimentos de natureza disciplinar.

**42.** A possibilidade de sugerir a realocação de servidores(as) afetados(as) por assédio ou discriminação é uma medida prevista para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

**43.** Por ser uma infração disciplinar de natureza grave, o assédio sexual pode resultar em sanções administrativas e, dependendo do caso, também em sanções penais.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021**

*Ricardo Torques*

**44.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) será instituído por ato do Presidente do órgão do Poder Judiciário e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão

**45.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

A unidade de sustentabilidade deve ter caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução

**46.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

As ações culturalmente equânimes têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

**47.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

Em relação às contratações sustentáveis, exige-se a adoção de instrumentos próprios, não podendo ser adotados guias já publicadas por outros órgãos públicos.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

*Fabiano Pereira*

**48.** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

A responsabilidade pelo ato de improbidade atribuído a uma pessoa jurídica recai apenas sobre o sócio que tenha participado do ato e obtido benefício.

**49.** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

**50.** Analise a seguinte afirmativa sobre ética, moral, princípios, valores e função pública.

A ética contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania em uma democracia, favorecendo o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

**51.** A Constituição Federal de 1988 é classificada como normativa, pois regula efetivamente o processo político do Estado, limitando o poder e correspondendo à realidade política e social.

**52.** O método hermenêutico-concretizador, desenvolvido por Konrad Hesse, defende que a interpretação constitucional deve partir da análise estritamente literal do texto da Constituição, sem levar em consideração o contexto social e político em que está inserida.

**53.** De acordo com a CF/1988 e a jurisprudência do STF, os direitos fundamentais previstos no art. 5º são assegurados tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros residentes no país, mas não se estendem a estrangeiros em trânsito pelo território nacional.

**54.** O princípio da vedação ao retrocesso social impede que direitos sociais já reconhecidos sejam reduzidos ou suprimidos, sendo um obstáculo à diminuição do nível de concretização desses direitos pelo Estado.

**55.** No Brasil, a Federação é caracterizada pela descentralização do poder político entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo vedado o direito de secessão dos entes federativos.

**56.** A Administração Pública, em todos os seus níveis, deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo vedado ao administrador público atuar com base apenas em costumes, sem previsão expressa em norma jurídica.

**57.** O Poder Legislativo, no Brasil, exerce tanto funções típicas, como legislar e fiscalizar, quanto funções atípicas, como a administrativa e a de julgamento, sendo esta última exemplificada pelo julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.

58. O Superior Tribunal de Justiça é o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, responsável pelo controle de constitucionalidade das leis e pela guarda da Constituição Federal.

## **DIREITO PENAL MILITAR**

*Antônio Pequeno*

59. A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue o item subsequente.

Comete crime propriamente militar o cidadão alistado para o serviço militar que, convocado à incorporação, apresenta-se dentro do prazo, mas ausenta-se antes do ato oficial de incorporação

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsequente.

60. O militar que cometer homicídio contra outro militar dentro de um quartel cometerá um crime propriamente militar, pois o ato terá sido praticado nessa condição.

61. Acerca dos crimes militares, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um oficial foi preso em flagrante delito pelo cometimento de crime militar que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido denunciado e se tornado réu em ação penal militar. Nessa situação, a depender da gravidade, o juiz poderá aplicar a pena do crime consumado, sem diminuí-la.

62. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal.

**Situação hipotética:** Um soldado das Forças Armadas, no cumprimento das atribuições que lhe foram estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa, cometeu crime doloso contra a vida de um civil.

**Assertiva:** Nessa situação, o autor do delito deverá ser processado e julgado pela justiça militar da União.

63. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito do crime.

**Situação hipotética:** Durante operação conjunta das Forças Armadas, um sargento danificou patrimônio militar. Em sua defesa, ele argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado.

**Assertiva:** Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, será considerado excludente do crime, independentemente da valoração do bem sacrificado.

64. Acerca da aplicação da lei penal militar, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Hélio, que é soldado, desertou e, antes de ele se apresentar ou ser capturado, o CPM foi alterado para aumentar a pena do crime de deserção. Nessa situação, caso seja capturado futuramente, Hélio estará sujeito à nova pena.

65. É correto afirmar que o militar em serviço ou atuando em razão da função, que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, cometerá o crime de: concussão

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR***Antônio Pequeno*

**66.** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

**Situação hipotética:** Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a materialidade do delito não foi comprovada.

**Assertiva:** Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsequente.

**67.** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.

**68.** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

**Situação hipotética:** O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu.

**Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.

**69.** Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada organização militar, um major cometeu crime militar e o comandante da unidade, dada a indisponibilidade de oficial de posto superior ao do indiciado, designou outro major, o mais antigo da unidade, para apurar os fatos por meio de IPM. Nessa situação, o ato de designação deverá ser considerado nulo: o IPM só poderá ser conduzido por oficial de posto superior ao do indiciado.

**70.** Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Um general, ao ser informado da prática de crime militar em uma organização militar a ele subordinada, sediada em outro estado da Federação, determinou ao comandante da unidade, por via radiotelefônica, a instauração de IPM. Nessa situação, mesmo considerando o caráter de urgência que a medida exigia, a ordem foi indevida em razão do meio de transmissão empregado e também pelo fato de que a única autoridade competente para determinar a instauração do IPM seria o próprio comandante da unidade onde ocorreu o crime militar.

**71.** No que diz respeito ao Processo Penal Militar, julgue o item que se segue.

O capitão que, por designação, conduzir IPM para apurar suposto crime militar praticado por um soldado poderá, no curso do inquérito, representar à autoridade judiciária militar para que seja decretada a prisão preventiva do indiciado.

**72.** Julgue o próximo item, relativo à denúncia no direito processual militar e à competência da justiça militar federal.

Em se tratando de processo penal militar, o prazo para oferecimento da denúncia é improrrogável se o denunciado estiver solto, podendo ser triplicado, se estiver preso.

**73.** Julgue o próximo item, relativo à denúncia no direito processual militar e à competência da justiça militar federal.

**Situação hipotética:** Um capitão-de-corveta que serve em unidade sediada em Porto Alegre praticou crime militar na Argentina, durante exercício militar.

**Assertiva:** Nessa situação, de acordo com o CPPM, o crime deverá ser processado na Auditoria da capital federal, sediada em Brasília – DF.

## DIREITO PENAL

*Priscila Silveira*

**74.** Levando em conta os princípios da anterioridade e da legalidade penal, analise a afirmação a seguir.

A irretroatividade de uma lei penal mais severa decorre do princípio da anterioridade, assegurando que uma pessoa não pode ser punida por um ato que, quando ocorreu, não era classificado como crime. Contudo, é possível que a lei retroaja se for mais favorável ao réu, mesmo que tenha sido promulgada após uma condenação já transitada em julgado.

**75.** Avalie a afirmação abaixo considerando a aplicação da legislação penal.

A legislação penal brasileira será aplicada ao indivíduo que comete um crime a bordo de uma aeronave a serviço do Brasil, mesmo que o ato ocorra fora do território nacional. Essa aplicação se justifica pela extraterritorialidade incondicionada.

**76.** Sobre a distinção entre crime consumado e crime tentado, marque como certo ou errado a afirmação a seguir.

O crime tentado ocorre quando o autor realiza todos os atos necessários para a execução, mas não obtém o resultado desejado, sem levar em conta a possibilidade de interrupção, seja de forma voluntária ou involuntária.

**77.** A respeito da parte geral do Código Penal, analise os itens a seguir:

O erro em relação à identidade da pessoa que é alvo do crime não exime o agente de pena. No entanto, as condições ou características da pessoa que o autor pretendia atingir são consideradas em detrimento das da verdadeira vítima atingida.

**78.** Julgue o item a seguir.

O agente é isento de pena quando, devido a uma perturbação da saúde mental ou a um desenvolvimento mental incompleto ou atrasado, não possuía plena capacidade para compreender a ilicitude do ato ou para agir de acordo com essa compreensão no momento em que cometeu a conduta típica.

**79.** Julgue o item a seguir à luz da teoria da pena.

O agente reincidente não específico poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.

**80.** De acordo com o código penal, sobre a ação penal, julgue o item a seguir:

A ação penal pública condicionada à representação sujeita-se ao prazo decadencial de seis meses contados da data do fato.

**81.** Julgue o item a seguir.

A extinção da punibilidade de um crime que serve como pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante para outro não se estende a este último. Em situações de crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não obstrui a possibilidade de aumento da pena para os demais em virtude da conexão.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Renan Araujo*

**82.** Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:

A inobservância do prazo previsto em lei para a conclusão do inquérito policial com indiciado preso não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a avaliar os motivos que a ensejaram.

**83.** Sobre a figura do Juiz das Garantias, julgue o item a seguir:

As normas relativas ao juiz das garantias não são aplicáveis aos processos de competência originária do Tribunal do Júri, conforme entendimento do STF em controle concentrado de constitucionalidade.

**84.** Acerca da prisão em flagrante, julgue o item a seguir:

Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, sendo possível ao Juiz, excepcionalmente, determinar a realização do ato por videoconferência, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.

**85.** Acerca da competência, julgue o item a seguir:

Havendo conexão entre crime de competência da Justiça Comum e crime de competência da Justiça Militar, a reunião dos processos se dará perante a Justiça Militar, por se tratar de Justiça Especializada.

**86.** Acerca da ação penal e do ANPP, julgue o item a seguir:

O exercício do direito ao silêncio pelo investigado durante o inquérito policial é obstáculo ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal, já que a confissão formal e circunstanciada da prática do crime é um requisito para a celebração do acordo.

**87.** Acerca da prisão preventiva, julgue o item a seguir:

Em razão das alterações promovidas pela Lei 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva.

**88.** Acerca das provas, julgue o item a seguir:

O depoimento será prestado oralmente, sendo vedado à testemunha que faça consulta a apontamentos.

**89.** Acerca do *habeas corpus*, julgue o item a seguir:

Não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido de liminar em *habeas corpus*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

Acerca das licitações e contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

**90.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

**91.** O licitante vencedor deverá ser convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo improrrogável previsto no edital da licitação, sob pena de decair o direito à contratação.

Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

**92.** Na hipótese de o Presidente da República editar um ato normativo que ultrapasse o poder regulamentar, inovando indevidamente na ordem jurídica, ou se a lei delegada ultrapassar os limites estabelecidos pelo Legislativo, caberá ao Congresso Nacional sustar o ato normativo do Poder Executivo.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, com base nas disposições constitucionais e jurisprudenciais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

**93.** Em caso de morte ou ferimento ocorrido em operação de segurança pública com o uso de armas de fogo, o poder público pode ser condenado a pagar indenização às vítimas ou aos seus familiares, mesmo que não seja possível identificar a origem dos disparos.

**94.** É ônus probatório dos representantes legais da vítima a demonstração de eventuais excludentes de responsabilidade civil aplicáveis à situação.

No âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), um relatório sigiloso sobre estratégias de defesa cibernética das Forças Armadas foi produzido. A informação, considerada imprescindível para a segurança nacional, foi classificada como ultrassecreta. Entretanto, um jornalista solicitou acesso ao documento com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI), argumentando que, passados 15 anos da sua edição, o conteúdo deveria ser automaticamente tornado público. O pedido foi negado sob a justificativa de que ainda não havia transcorrido o prazo de sigilo para informações ultrassecretas. Diante dessa situação, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação, julgue os itens a seguir.

**95.** A classificação de informações como sigilosas deve seguir o critério menos restritivo possível, levando em consideração a gravidade do risco à segurança da sociedade e do Estado.

**96.** Caso uma informação seja classificada como ultrassecreta, o prazo de restrição será de até 25 anos.

Com base nas disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, julgue os itens a seguir.

**97.** É indispensável a exigência do consentimento do titular para o tratamento de dados pessoais, mesmo para os dados tornados manifestamente públicos por ele, como forma de resguardar seus direitos e os princípios previstos na LGPD.

---

**DIREITO CIVIL**

---

*Paulo Sousa*

- 98.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, dentre as suas disposições prevê expressamente que as leis entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário, e, caso sejam revogadas por norma posterior, perdem completamente seus efeitos, independentemente de a norma revogadora também ser revogada posteriormente.
- 99.** De acordo com o Código Civil, a personalidade civil da pessoa natural tem início com a concepção, sendo garantidos ao nascituro todos os direitos da personalidade e patrimoniais de forma irrestrita, independentemente de seu nascimento com vida.
- 100.** De acordo com o Código Civil, as pessoas jurídicas possuem personalidade jurídica distinta de seus sócios, administradores e instituidores, sendo absolutamente vedada a responsabilização de seus membros pelos atos praticados pela entidade.
- 101.** De acordo com a Teoria do Fato Jurídico, a incidência da norma jurídica ocorre sobre fatos que se concretizam no mundo real, tornando-os juridicamente relevantes. No entanto, um fato pode existir no mundo real e, ainda assim, ser juridicamente irrelevante, caso não preencha os requisitos do suporte fático previsto pela norma.
- 102.** A nulidade e a anulabilidade dos negócios jurídicos produzem os mesmos efeitos práticos, visto que ambas geram a ineficácia do ato e permitem sua impugnação a qualquer tempo, independentemente de manifestação judicial.
- 103.** Na obrigação de dar coisa incerta, enquanto não houver individualização do bem pelo devedor, a

obrigação será considerada indivisível, não podendo ser cumprida parcialmente.

- 104.** Na cessão de crédito, a anuência do devedor é requisito essencial para que a transferência do crédito tenha validade e eficácia perante todas as partes envolvidas.
- 105.** O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, ainda que decorrente de caso fortuito ou força maior, salvo se comprovar que o dano teria ocorrido mesmo sem a mora.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

*Ricardo Torques*

- 106.** Julgue o item seguinte, relativo à Responsabilidade das Partes por Dano Processual. A condenação do litigante de má-fé depende de requerimento da parte, não podendo ser feita de ofício pelo juiz.
- 107.** Em relação à improcedência liminar do pedido, julgue o item a seguir. O reconhecimento pelo juízo da ocorrência de prescrição autoriza o julgamento liminar de improcedência do pedido.
- 108.** Considerando o entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir. A teoria da encampação não se aplica ao mandado de segurança.
- 109.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da forma dos atos processuais, julgue os itens subsequentes. Os atos e os termos processuais, como regra, dependem de forma determinada

**110.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da forma dos atos processuais, julgue os itens subsequentes.

Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.

**111.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da forma dos prazos processuais, julgue os itens subsequentes.

Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**112.** Julgue o item subsequente, relativo ao cumprimento de sentença.

O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício ou requerimento do exequente.

**113.** Julgue o item subsequente, relativo ao cumprimento de sentença.

O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (1 LEI Nº 11.418/2006. 2 LEI Nº 12.016/2009)**

*Emerson Bruno*

**114.** Conforme a lei 11.418, o Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.

**115.** De acordo com a Lei nº 12.016 de 2009, o mandado de segurança pode ser concedido para proteger direito líquido e certo, que não esteja amparado por habeas corpus ou habeas data,

sempre que houver ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, desde que cause violação ou justo receio de violação a esse direito.

**116.** Com base na Lei nº 12.016 de 2009, não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo, independentemente de caução.

**117.** Conforme a Lei 12.016 de 2009, o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo prescricional, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

**118.** Conforme a Lei 12.016 de 2009, as autoridades administrativas, ao serem notificadas de uma medida liminar, têm o prazo de 72 horas para encaminhar ao Ministério ou órgão superior e ao Advogado-Geral da União (ou à representação judicial correspondente) cópia autenticada do mandado noticiatório, acompanhada de informações e elementos necessários à suspensão da medida e à defesa do ato impugnado.

**119.** Conforme a Lei 12.016 de 2009, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional, ou por qualquer organização, associação ou entidade sindical, constituída há pelo menos 2 (dois) anos, para defender direitos que extrapolem os interesses de seus membros ou associados, ainda que não estejam de acordo com suas finalidades estatutárias, sendo exigida autorização especial para tanto.

**120.** O direito de requerer mandado de segurança extingue-se após 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

## Discursiva

Ricardo é servidor público. Insatisfeito com o rendimento de seu computador próprio, Ricardo resolve subtrair um computador pertencente a um particular, mas que se encontrava acautelado no Órgão público em que labora, fruto de uma apreensão realizada meses antes.

Como Ricardo não tinha acesso livre ao local em que estava o computador, aguardou o anoitecer e dirigiu-se até a sede do referido Órgão, juntamente com Lucas, seu primo, a quem solicitou ajuda para a empreitada criminosa. Lucas conhecia a condição pessoal de Ricardo.

Enquanto Lucas espera no carro, Ricardo se dirige à recepção do Órgão, oportunidade na qual se identifica e informa que esqueceu um pen-drive em sua sala, e tem o acesso liberado pelo vigilante. Uma vez dentro do prédio, Ricardo efetivamente subtrai o computador e o coloca na mochila, saindo pela porta da frente e indo embora juntamente com Lucas.

Uma semana depois, com medo de ser pego e perder o computador, Ricardo procura Júlio, seu irmão, e pede a ele para ficar com o computador por um tempo, até a “poeira baixar”. Júlio, irmão muito bondoso, aceita a proposta.

Três dias depois, Ricardo retorna e pega o computador com Júlio. Arrepentido, Ricardo devolve o bem à repartição, sem que ninguém perceba.

Diante dos fatos narrados, responda de maneira fundamentada:

- a) Qual a responsabilidade penal de Ricardo, Lucas e Júlio? Há concurso de agentes na hipótese?
- b) Pela restituição da coisa, é cabível a extinção da punibilidade ou algum mecanismo de redução da pena?
- c) Aplica-se alguma causa pessoal de isenção de pena em relação a Júlio?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---